



RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA RAINT

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.
CEASAMINAS

EXERCÍCIO- 2018

CONTAGEM, 30 DE JANEIRO DE 2019

Ministério da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
Coordenadoria de Auditoria Interna

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA – RAIN T 2018

SUMÁRIO

- I – Introdução
- II – Empresa
- III - Macroprocessos Finalísticos
- IV – Auditoria Interna

INDICE

- 1. Apresentação
- 2. Auditoria Interna
- 3. Fatores Considerados Para Elaboração do PAINT
- 4. Unidades Vinculadas à Ceasaminas
- 5. Recursos Humanos a Serem Empregados
- 6. Recursos Materiais e Tecnológicos
- 7. Ações de Auditoria Interna Previstas
- 8. Ações de Capacitação e Desenvolvimento Institucional
- 9. Programação de Horas – Auditoria - 2018

I - INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN/2018, elaborado em cumprimento a Instrução Normativa nº 09 de outubro de 2018 da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que dispõe sobre a atuação da empresa no exercício de 2018, em consonância com os atos normativos da empresa e legislação pertinente.

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Auditoria Interna da CeasaMinas, o presente Relatório tem por objetivo apresentar as atividades executadas no ano de 2018, previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT. Além dessas atividades, apresenta os resultados das ações de auditoria planejadas, ou não que demandaram atuação direta do Consad/Direx.

II - EMPRESA

A CeasaMinas - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - é uma empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, constituída em 1971, através da Lei Estadual nº 5.577, de 20 de outubro de 1970, a CeasaMinas entrou em operação em 28/02/74.

A missão prioritária da estatal é administrar o regulamento de mercado de abastecimento alimentar do Estado de Minas Gerais e promover, com sustentabilidade e segurança o sistema, organizando e equilibrando o mercado de abastecimento.

O mercado atacadista de gêneros alimentícios de Minas Gerais é um dos principais do país e grande parte está concentrada nas dependências da Unidade Grande BH da CeasaMinas. Esse entreposto reuniu, inicialmente, o comércio atacadista de hortigranjeiros da Grande BH e promoveu significativa melhoria no comércio e abastecimento destes produtos.

A partir de 1980, teve início o processo de transferência, de Belo Horizonte para o entreposto, do comércio atacadista de cereais e produtos alimentícios e não alimentícios industrializados - como rações, concentrados, fertilizantes, defensivos, implementos agrícolas, embalagens, produtos de higiene e limpeza.

III Macroprocessos finalísticos

A estatal através de um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumo (entradas) em produtos (saídas) objetiva coordenar a política de abastecimento alimentar do Estado de Minas Gerais, através de implantação, instalação e administração de entrepostos atacadista, por si e parcerias, destinadas a orientar e disciplinar a comercialização e a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios.

Os clientes da produção desta entidade se dividem em dois blocos, a saber:

1º Bloco: Como clientes diretos, os produtores agrícolas individuais ou reunidos em cooperativas que vendem seus produtos nos mercados/entrepostos organizados pela empresa e os lojistas que revendem produtos agrícolas diversos incluídos no mesmo mercado organizado pela CeasaMinas.

2º Bloco: Como clientes indiretos, os usuários dos produtos/serviços oferecidos pelos integrantes do primeiro bloco, produtores e lojistas, e os compradores.

O agrupamento dos agentes do 1º e 2º bloco em um mesmo local é a condição para o mercado acontecer em regime de livre concorrência abastecendo toda a sociedade envolvida.

Para criar esses espaços econômicos, que são os mercados ou entrepostos atacadistas, nos quais se reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviço, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social realizada em curto espaço de tempo, a CeasaMinas tem como Macroprocessos finalísticos:

- a) Organização/administração do mercado de Contagem;
- b) Organização/administração do mercado de Caratinga;
- c) Organização/administração do mercado de Juiz de Fora;
- d) Organização/administração do mercado de Barbacena;
- e) Organização/administração do mercado de Uberlândia;
- f) Organização/administração do mercado de Governador Valadares.

Assim sendo, através da Organização/administração de cada um de seus entrepostos, a CeasaMinas busca atingir sua missão, qual seja, promover com sustentabilidade a segurança alimentar, organizando e equilibrando o sistema de abastecimento.

IV – AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da CEASAMINAS, criada pela resolução nº 02, de 07 de fevereiro de 2003 da Diretoria Executiva da CeasaMinas, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000, subordinada diretamente, ao Conselho de Administração; consoante ao que determina o artigo 9º, parágrafo 3º, incisos I e II, da Lei nº 13.303/2016. No desempenho das suas atividades específicas, atende e reporta ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos órgãos de Controle Interno e Externo, do Ministério da Transparência e Coordenação Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.

1. APRESENTAÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A, tem por finalidade desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de controle de governança corporativa, controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados e apoiar a estrutura governamental de controle no exercício da sua missão institucional.

2. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna tem suas atribuições vinculadas, em consonância, com os dispositivos de competência ministerial, de conformidade com as normas contidas nos decretos nº 3.591, de 06 de setembro de 2000; decreto nº 4.304 de 16 de julho de 2002 e Lei nº 13.303/2016, artigo 9º, parágrafo 3º, incisos I e II, no tocante à governança corporativa, a atividade de Auditoria Interna visa avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo de governança corporativa .

Executa suas atividades sob as determinações da Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e da Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, nº 02 e nº 03 de 31 de dezembro de 2010, em observância do disposto no Decreto nº 3.591/2000, art. 15, §§ 3º e 4º e, Instrução Normativa CGU nº 09, de 09 de outubro de 2018.

2.1. Fragilidades Identificadas

- 1- Ausência de Elaboração e Implantação de Planejamento Estratégico, embora este trabalho já tenha sido iniciado com a contratação da empresa Carvalho Pereira Rossi Escritórios Associados, ele ainda não foi implantado;
- 2- Ausência de execução de projeto de prevenção e combate a incêndio na unidade de Contagem/MG;
- 3- Ausência de execução de projetos de acessibilidade e prevenção e combate de incêndio, de acordo com os parâmetros já existentes estabelecidos no PI 45/2017, para atender o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia, referente ao Inquérito Civil nº MPMG-0702.15.002286-2;
- 4- Ausência de Seguro Patrimonial para a Unidade de Contagem/MG;
- 5- Não observação do que estabelecem os acórdãos nº2.622/2015 – TCU -Plenário, 1224/2018 Plenário TCU e 2328/2015 Plenário TCU, com relação que consistiu no levantamento da situação de governança e gestão das aquisições e criação de um Comitê de Aquisições;
- 6- Contabilização dos Pavilhões da Unidade de Contagem/MG.

“Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017.

Nota nº8 (II) - Imobilizado - A CEASA MINAS, ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m2, às margens da BR 040 KM 688, no município de Contagem/MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação está pendente de regularização legal e contábil, assim como a regularização dos imóveis construídos por terceiros no local. O Imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das suas respectivas quotas de depreciações, calculadas pelo método linear com base nas taxas estipuladas pela vida útil do bem observado ao artigo 183 parágrafos 3º da Lei 6.404/76. Por força do acordo Decreto nº. 40.963, de 22/03/2000, em seu Anexo 13, que regulamenta o parágrafo único do artigo 2º da Lei 12.422, de 27/12/1996, firmado entre a UNIÃO e o ESTADO DE MINAS GERAIS, o patrimônio de propriedade do Estado está inserido no total do grupo, segregado na conta denominada Bens do Estado de Minas Gerais, o que vem ao encontro com o Art. 179 - IV da Lei 6.404.76, alterada pela Lei 11.638/07. A Sociedade, na forma do CPC 27, procedeu a revisão dos créditos utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos nesta revisão não apresentam divergência em relação às taxas de depreciação aplicadas anteriormente, nem qualquer necessidade de constituição de provisão quanto à perda em relação ao valor recuperável destes ativos. Considerando o estudo efetuado, a administração da sociedade entendeu que não há necessidade de modificação dos critérios utilizados anteriormente para o exercício de 2017. “

A não contabilização de aproximadamente metade dos Pavilhões implica em não pagamento à Receita Federal de imposto sobre ganho de capital.

7- Não assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, nos autos do Inquérito Civil – IC nº 003635.2014.03.000/7, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 876 da CLT, perante o Ministério Público do Trabalho. Referente a instalação de sistemas de proteção coletiva destinado a proteger os trabalhadores dos riscos de queda em altura;

8- Não realização da troca da 4.800 Platibandas dos pavilhões da unidade de Contagem/MG;

9- Omissão de cobrança de prestação de contas de valores repassados através dos convênios de Associações de Produtores, Associações de Comerciantes, Outros convênios (polícia militar, corpo de bombeiros, etc) e Prestação de Contas do Instituto CeasaMinas;

10- Por diversas vezes a Auditoria Interna da CesaMinas, já se manifestou (nos relatórios nº 29 de 27/08/2014, nº 10 de 06/04/2015 e nº 22 de 21/06/2016, e nº 08 de 03/04/2017), a respeito da forma que estão sendo realizadas as licitações de concessão de uso. Portanto já alertamos o nosso posicionamento contrário a forma que a CeasaMinas vem fazendo suas licitações de loja. Estando em desacordo com os acórdãos 2.050/14 Plenário TCU e 919/2016 Plenário TCU;

11- Não atendimento as recomendações do Sistema Monitor da Controladoria Geral da União;

12- Diversas Ações Judiciais, Cíveis, Tributárias e Trabalhistas

13- Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Carregadores – março/2015.

A Ceasaminas, Sindicatos (Ascar, Sindicar, Sintramov) e Associações (Acceasa, Aphcemg), assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta, para resolver o problema dos carregadores dentro do entreposto.

Cláusula Primeira - Compromete-se a não permitir a prestação de serviços de trabalhadores informais, não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários ou para si própria, para que haja imediata formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e “chapas”, seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena diária de multa de R\$1.000,00 (mil reais) por trabalhador exercendo atividade em situação irregular até a efetiva constatação da regularização, reversível ao FAT.

Ministério Público do Trabalho emitiu uma Notificação/PRT3/Belo Horizonte/ nº177375.2018
Ref. Procedimento de Acompanhamento Judicial nº000423.2010.03.000/7
Belo Horizonte, 24 de julho de 2018

“Conclusão: Apurada multa diária até 23/07/2018 no valor de R\$425.048.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões e quarenta e oito mil reais) pelo descumprimento da cláusula primeira do acordo firmado em 5/3/15 e observando o prazo para cumprimento de 12 meses previsto na cláusula 13ª”

A empresa está tomando as providências judiciais cabíveis, junto ao MPT.

3. FATORES CONSIDERADOS PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PAINT

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2018 da CeasaMinas foi elaborado em consonância com os atos normativos estabelecidos para seu desempenho, em cumprimento a Instrução Normativa nº 09 de outubro de 2018 da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU. O plano do trabalho da auditoria interna da CeasaMinas, pautou-se ainda nos seguintes fatores:

- a) Recurso humano disponível para a execução dos trabalhos;
- b) Planos, objetivos e programas gerenciados ou executados pela CeasaMinas;
- c) Materialidade, baseada no valor dos recursos envolvidos;
- d) Relevância de um determinado item em relação ao todo;
- e) Fragilidade ou ausência de controles observados.

Destaca-se que a seleção das atividades não foi realizada com base em uma matriz de risco formal; estão sendo realizados estudos visando à construção de uma matriz de risco, entretanto, faz-se necessária a conclusão de levantamentos relativos à criação do planejamento estratégico e no que diz respeito, especificamente, à identificação dos objetivos estratégicos, dos pontos críticos e conclusão das ações de auditoria - Implementação da Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

4. UNIDADES QUE COMPÕEM A CEASAMINAS

A CeasaMinas administra, diretamente o entreposto da Grande BH, localizada no município de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e outras cinco, unidades como filiais, instaladas nos municípios de Uberlândia, no Triângulo Mineiro; em Juiz de Fora e Barbacena, na Zona da Mata; e em Governador Valadares e Caratinga, ambas no Vale do Rio Doce.

5. RECURSOS HUMANOS A SEREM EMPREGADOS

O quadro da Auditoria Interna é composto pelo Gestor e três auditores internos que conta com o auxílio esporádico de adolescente aprendiz ou estagiário, que atendam demandas compatíveis com a sua capacidade de trabalho.

6. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

A Auditoria Interna tem acesso ao Sistema Monitor da Controladoria Geral da União - CGU, Sistema limitado de Internet: regulamentações, normas internas e contratos; tem acesso ao Google no que tange, às leis e regulamentos afetos às áreas Governamentais. A Auditoria Interna não faz uso de softwares específicos relevantes.

7. AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS

Em 2019, a Auditoria Interna planeja aprofundar os trabalhos relativos a introdução de normas, o PAINT 2019, proceder a avaliação anual da estrutura de controles internos e gestão de riscos, atualizar a matriz de riscos da auditoria e realizar avaliação da regularidade dos processos licitatórios e das contratações. A seguir apresentamos o detalhamento das atividades a serem realizadas em 2019.

Nº	Processo	Sub- Processo	Probabilidade	Impacto	Resultado
1	Multas	EMPESGA – Termo de Ajustamento de Conduta	10	10	100
2	Demandas Judiciais	Ações Trabalhistas	10	8	80
3	Contratos	Contrato de Concessão de Uso	8	10	80
4	Patrimônio	Contabilização dos Ativos da Empresa	10	8	80
5	Multas	Diversas (Trânsito/Financeiras/CREA-MG)	10	8	80
6	Segurança	Seguro Patrimonial	8	8	64
7	Patrimônio	Sistema Olho Vivo	8	8	64
8	Licitações	Recebimento dos valores conf. Edital	5	8	40
9	Convênios	Associações	8	5	40
10	Contratos	Serviços Terceirizados	5	8	40
11	Demandas Judiciais	Ações Cível	5	8	40
12	Demandas Judiciais	Ações Tributário	5	8	40
13	Governança	Recursos Humanos	8	5	40
14	Patrimônio	Invasões dos Terrenos da Empresa	8	5	40
15	Governança	Gestão da Ética e da Integridade	5	8	40
16	Governança	Avaliação dos controles de mitigação do risco de fraude e corrupção	5	8	40
17	Governança	Melhoria do processo de Gestão de Risco	5	5	25
18	Lei 13.303/16	Comissões	5	5	25
19	Cobrança dos Usuários	Inadimplência	5	5	25
20	Compras	Pagamento a Fornecedores	5	5	25
21	Segurança		8	5	40
22	Folha de Pagamento	Horas Extras	8	2	16
23	Licitações	Dispensa de licitações	5	2	10
	Total				1.074
	Probabilidade	1- Improvável / 2- Rara / 5- Possível / 8- Provável / 10- Praticamente Certa			
	Impacto	1- Mínimo / 2- Pequeno / 5- Moderado / 8- Significativo / 10- Catastrófico			

8. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Demonstrativo das Ações de Capacitação Realizadas, com Indicação do Quantitativo de Auditores Capacitados, carga horária e temas.

8.1 – Ação de Capacitação -Treinamentos e objetivo

OBS: As ações de capacitação, item III, artigo 5º da Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018 não tem sido aplicada, na auditoria, em conformidade com a norma.

No ano de 2018, foram realizados apenas o(s) curso(s) de capacitação para três auditores relacionados abaixo, com a descrição das ações, a indicação do quantitativo dos auditores capacitados, carga horária e temas abordados.

- Marcus Vinicius Diniz Gomes Carneiro
- Jeane Lau Assis da Matta Machado
- José Cupertino Pereira Filho

8.2 - Cursos de Capacitação Realizados para Auditores Internos

Item	Ações de Capacitação Realizadas	Quant. Auditor	Carga Horária	Tema
1	Diálogo Público - Governança Pública, mais Integração, mais Resultados – Via Youtube, 06/06/2018	3	8 h	Promover a elevação da sensibilização e engajamento das organizações para aperfeiçoamento da governança pública
2	VII Congresso Internacional de Contabilidade de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público 15, 16 e 17/08/2018	2	24 h	A “internacionalização” da contabilidade e sua aplicação no setor público brasileiro; a gestão orçamentária e financeira em contextos de crise; governança e controle interno; as repercussões da nova lei das estatais; qualidade do gasto, efetividade e controle na administração pública; os impactos da nova lei de finanças públicas; a atuação do Fórum Nacional dos Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais e o apoio na busca pela eficiência e eficácia no setor público; qualidade do gasto aplicado aos setores finalísticos de saúde, educação e segurança; o impacto das mudanças na Lei n.º 4.320/1964 sobre a qualidade do gasto, entre outros

Item	Ações de Capacitação Realizadas	Quant. Auditor	Carga Horária	Tema
3	4º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública – (Youtube) 24 a 26/09/2018	1	21 h	Compartilhamento de experiências e boas práticas relacionadas ao uso de técnicas de análise e mineração de dados como instrumento para melhoria da gestão e do controle de entidades e políticas públicas.
4	Reunião Técnica realizada pelo TCU para apresentação do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado 06/11/2018	1	4 h	Orientações gerais sobre a elaboração do relatório de gestão na forma de relato integrado.
5	2º Fórum Nacional de Controle 22 a 23/11/2018	1	14 h	Atividades conjuntas de capacitação e promovidas ações integradas de controle, além de proposta de legislação sobre controle externo. Informações também serão compartilhadas e boas práticas, disseminadas. O desafio da melhoria da qualidade do ensino no Brasil; a gestão dos recursos da área da saúde; e o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), entre outros

9. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - RAIN

Em cumprimento à Instrução Normativa Nº 09, de 09 de outubro de 2018, da Controladoria Geral da União - CGU, a Auditoria Interna apresenta o Sumário das Auditorias Realizadas, referente ao período de janeiro a dezembro de 2018. Os relatórios, após apreciação da DIREX, são encaminhados a Controladoria Geral da União / Secretaria Federal de Controle Interno/MG.

**a) Demonstrativo do Quantitativo de Relatórios Realizados
CEASAMINAS**

Nº	Origem da Demanda	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
01	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a dezembro/17.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Fev/18	16
02	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações	Fev/18	100
03	LEI 6.404/76	Analisar o Trabalho da Comissão de Inventário de Caixa.	Verificar a consistência das informações.	Fev/18	80
04	PRESI	Recomendações sobre Sistema Monitor (Extraordinário)	Relatório de acompanhamento sobre as recomendações da CGU do Sistema Monitor conforme determinação do Conselho de Administração.	Mar/18	16
05	DIREX	Sumário para apresentar ao Diretor-Presidente (Extraordinário)	Relatório sumário das auditorias realizadas no exercício de 2017 apresentado ao Diretor Presidente conforme Instrução Normativa nº 02/2002	Mar/18	40
06	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a fevereiro/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Mar/18	16
07	DIREX	Parecer da Auditoria Interna sobre Remuneração da Administração, em atendimento à solicitação da Direx. (Extraordinário)	Informações prestadas em conformidade com o parágrafo 1º e item 3 do Ofício Circular nº 61/2017 -- MP da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.	Abr/18	40
08	CONSAD CONFIS	Análise da Execução do Orçamento - DEPLA	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Abr/18	100
09	LEI 6.404/76	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificação do trabalho da Comissão incumbida da localização física dos bens; Obrigatoriedade de preenchimento dos formulários de movimentação de bens; Apuração de responsabilidade, dos bens não localizados; Treinamento dos funcionários, e sistema adequado para atualização das informações; Acompanhamento da elaboração do inventário físico de materiais.	Abr/18	80
Nº	Origem da Demanda	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos

		Descrição	Procedimento		(h/h)
10	LEI 6.404/76	Analisar o trabalho da Comissão de Inventário de Almoarifado.	Verificar os Termos de Responsabilidade de matérias; Verificar as conciliações contábeis; Promover a baixa, doação ou leilão dos bens inservíveis e com valor já depreciado; Verificar o relatório emitido pela Comissão de Inventário.	Mai/18	80
11	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações	Mai/18	100
12	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a abril/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Mai/18	16
13	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Barbacena)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Jun/18	40
14	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Juiz de Fora)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Jun/18	40
15	DIREX	Acompanhamento do Sistema Integrado de Gestão (DETIN)	Verificação das rotinas implementadas no Sistema Informatizado; Verificação da confiabilidade das informações geradas: confronto dos relatórios com os procedimentos executados; adequação dos procedimentos e rotinas dos setores da empresa.	Mai/18	80
16	DIREX	Auditar contratos de Prestação de Serviços Contínuos (SVS)	Adoção de manual de procedimentos estabelecendo as verificações básicas na execução dos contratos, além de critérios para nomeação de fiscais e as atribuições conferidas a esses no acompanhamento de sua execução	Jun/18	80
17		Apuração de Frequência do empregado conforme item 4 RD 042/2015	Conforme solicitado na Ata da 365ª Reunião da DIREX, auditoria da folha de ponto e solicitação de abonos de todos os funcionários da Ceasaminas no período de 15 de abril a 15 de junho de 2017.	Jun/18	80
Nº	Origem da Demanda	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		

18	DIREX	Auditar o Departamento de Engenharia - DEMFA.	Verificar se o material retirado e não utilizado está sendo devolvido ao almoxarifado. Verificar se está sendo elaborado anualmente o "Plano de Manutenção Preventiva". Verificar se existe a aquisição direta de material. Verificar os contratos de prestação de serviços.	Jul/18	80
19	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo licitatório; Observar a orientação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério, com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Jul/18	100
20	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Uberlândia)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Jul/18	40
21	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Gov. Valadares)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Jul/18	40
22	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Caratinga)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Jul/18	40
23	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a agosto/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jul/18	16
24	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a junho/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Ago/18	16
25	CONSAD CONFIS	Análise da Execução do Orçamento - DEPLA	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Ago18	100
Nº	Origem da Demanda	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
26	DIREX	Avaliar o cumprimento	Análise das rotinas e procedimentos	Set/18	120

		das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Barbacena)	malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção. (REALIZADA "IN LOCO")		
27	CGU/ PRESI	PAINT/2019 Cumprimento da Legislação	Elaborar e encaminhar à SFC/MG o PAINT/2019	Set/18	80
28	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. Abril/Maio	Verificar os procedimentos adotados na licitação se estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério, com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Out/18	100
29	CONFIS PAINT 19	Comitê de Aquisições: Riscos e Controle nas Aquisições de bens e serviços	Planejamento da Contratação. Estudos Técnicos preliminares. Termo de Referência ou Projeto Básico. Seleção de Fornecedor. Gestão do contrato. Temas específicos	Out/18	40
30	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a agosto/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Out/18	16
31	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a setembro/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Out/18	16
32	DIREX	Auditoria Comissão de Preço Mínimo	Verificar se os procedimentos adotados para estabelecer se o valor das lojas enviados para licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo utilizado para estabelecer o preço; Observar o que orienta o Tribunal de Contas da União – TCU e a Controladoria Geral da União - CGU	Nov/18	100
33	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Nov/18	16
Nº	Origem da Demanda	Escopos das ações		Cronograma	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		

34	CONFIS	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a outubro/18.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Nov/18	16
35	CONFIS/ PRESI	Sumário Acompanhamento das recomendações e registros realizados pela AUDIN.	Os relatórios contêm respostas das áreas auditadas. Conforme deliberado pelo CONSAD, na reunião do dia 30/10/2018, estabeleceu-se que os relatórios, deveriam ser encaminhados, previamente, a PRESI para manifestação das recomendações da AUDIN.	Dez/18	120
36	CONFIS	Análise das licitações encaminhadas pela CPL. Outubro/18	Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente; Verificar cada fase do processo de licitação; Observar o que orienta a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da com relação aos Processos Licitatórios e Cartel em Licitações.	Nov/18	16
37	DIREX	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES.	Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias; Identificar movimentação das contas de aplicação; Verificar a movimentação das contas de transferências; Verificar a movimentação das contas de valores em trânsito;	Dez/18	80
38	DIREX	Auditar Departamento Recursos Humanos - DEREH.	Examinar o cadastro de pessoal do quadro permanente da empresa; Verificar o controle dos rendimentos, gratificações e benefícios; Verificar o recolhimento das obrigações; Verificar as horas extras realizadas; Verificar as rotinas do setor de pessoal.	Dez/18	80
39	DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) UBERLANDIA	Verificar as informações do Romaneio e confrontar com as credenciais e documentação do produtor; Verificação da atuação dos Orientadores de Mercado; Verificação da emissão do atestado da EMATER; Verificar o controle de entrada de mercadorias com o Romaneio e apresentação do carnet para marcação de área no MLP.	Dez/18	120

TOTAL 39

b) Demonstrativo do Quantitativo de Auditoria Interna Realizada sem Previsão no PAINT

RELATÓRIOS DE AUDITORIAS EXTRAORDINÁRIAS

Nº relat	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronog	Recurso s Humano s (h/h)
		Descrição	Procedimento		
04	PRESI	Recomendações sobre Sistema Monitor	Relatório de acompanhamento sobre as recomendações da CGU do Sistema Monitor conforme determinação do Conselho de Administração.	Mar/18	40
07	DIREX	Parecer da Auditoria Interna sobre Remuneração da Administração, em atendimento à solicitação da Direx.	Informações prestadas em conformidade com o parágrafo 1º e item 3 do Ofício Circular nº 61/2017 – MP da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.	Abr/18	40
17	DIREX	Apuração de Frequência do empregado conforme item 4 RD 042/2015	Conforme solicitado na Ata da 365ª Reunião da DIREX, auditoria da folha de ponto e solicitação de abonos de todos os funcionários da Ceasaminas no período de 15 de abril a 15 de junho de 2017.	Jun/18	80
S/N	RAINT/ 2017	Informar sobre os trabalhos realizados no exercício.	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, exercício 2017.	Jan18	100

TOTAL 04

OBS: Auditorias extraordinárias, com os números deste quadro, estão inseridas no total das realizadas.

c) Demonstrativo das Auditorias Previstas não Realizadas - PAINT/2018

Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Crono- grama	Recursos Humanos (h/h)
	Descrição	Procedimento		
DIREX CONFIS	Análise do Balancete.	Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação; Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.	Fev/18	100
CONSAD CONFIS	Análise da Execução do Orçamento	Verificar a observância dos dispositivos legais; Verificar as reprogramações orçamentárias. Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas; Alertar para a correção dos desvios.	Mai/18	100

Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Crono- grama	Recursos Humanos (h/h)
	Descrição	Procedimento		
DIREX CONFIS	Análise do Balancete.	Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação; Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.	Mai/18	100
AUDITORIA EXTERNA	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES.	Verificar periodicamente a movimentação das contas bancárias; Identificar movimentação das contas de aplicação; Verificar a movimentação das contas de transferências; Verificar a movimentação das contas de valores em trânsito;	Jun/18	80
DIREX	Auditar Departamento Financeiro Seção de Pagamentos - SEPAG.	Examinar as exigibilidades mais relevantes; Verificar as notas fiscais de hotéis; Verificar os recibos de taxi; Verificar os critérios para pagamento de contas vencidas; Verificar os prazos de vencimento da conta Fornecedores.	Jun/18	80
DIREX CONFIS	Posicionar CONFIS e PRESI	Apresentação para o Conselho Fiscal e Presidência, as respostas das áreas auditadas pela Auditoria Externa.	Jul/18	80
TCU/CGU	Auditar Deptº - Operacional - Seção de Cadastro.	Verificar os controles do cadastro. Verificar os registros de empresas na JUCEMG; Verificar se todos os processos tem o contrato assinado; Verificar o funcionamento do Banco de Caixas; Verificar o cumprimento do Regulamento de Mercado.	Jul/18	80
CONFIS	Auditar Deptº Técnico / Seção de Informação de Mercado - SECIM.	Verificação a pesquisas de preços diários no atacado e varejo, pesquisas para levantamento de dados, comparativo diário de ofertas e VAF - valor adicionado fiscal.	Jul/18	80
DIREX CONFIS	Análise do Balancete.	Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação; Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.	Ago/18	100
DIREX	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores) (Uberaba)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Set/18	120
DIREX CONFIS	Posicionar CONFIS e PRESI	Apresentação para o Conselho Fiscal e Presidência, as respostas das áreas auditadas pela Auditoria Externa.	Out/18	80

Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Crono- grama	Recursos Humanos (h/h)
	Descrição	Procedimento		
DIREX CONFIS	Análise do Balancete	Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação; Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.	Nov/18/	100
DIREX	Auditar o Departamento Administrativo - Seção de Material e Patrimônio -SEMP.T.	Verificar o armazenamento dos materiais; Verificar o controle de entradas e saídas, dos materiais; Verificação da situação das obras em andamento, do mapeamento da situação atual dos imóveis da empresa e das propostas da companhia para investimentos em terrenos de sua propriedade nas diversas Unidades da CeasaMinas.	Dez/18	80
DIREX	Auditar o Deptº Administrativo - Seção de Compras - SECOP.	Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas aferir a aderência a normas internas e adequação das aquisições por meio de dispensas e inexigibilidades à legislação pertinente e aos processos de autorização e aprovação inerentes ao setor.	Dez/18	80
DIREX	Auditar convênios da Ceasa	Análise referente a convênios efetuados pela CeasaMinas.	Dez/18	80

Total 15

O PAINT/2018 contemplou a programação de auditorias para implementação na sede e nas 05 (cinco) unidades do interior, de acordo com as necessidades detectadas pela AUDIN, entretanto, por questões administrativas, não foram autorizadas as viagens em quantidade necessária, para execução dos trabalhos. Diante deste fato, a AUDIN decidiu promover uma auditoria por meio de perguntas e respostas dos representantes das áreas a serem auditadas, considerando como auditoria extraordinária.

Outro fato importante é a ausência de desenvolvimento de metodologias e softwares aplicados na Administração em geral, principalmente com relação a AUDIN, que não possui programas específicos da área de Tecnologia de Informação (TI) para implantação de módulos para elaboração de programas de auditoria, relatórios e recomendações.

Para este exercício, foram programadas no PAINT de 54 (cinquenta e quatro) auditorias. Em face de um auditor ter se afastado por licença sem remuneração, e outro afastado por licença médica, dificultando o cumprimento de toda programação. Foram realizados 39 (trinta e nove) relatórios e o RAIN/2017. Sendo que 15 (quinze) auditorias não foram realizadas em decorrência dos fatos mencionados e demandas internas da administração; os trabalhos foram substituídos por outros conforme discriminados no quadro abaixo:

d) Descrição dos Trabalhos de Auditoria Interna Realizados sem Previsão no PAINT

a) Notas Técnicas em forma de Relatórios:

1. Relatório nº 04/2018 - Acompanhamento sobre as recomendações da CGU do Sistema Monitor conforme determinação do Conselho de Administração;
2. Relatório nº 07/2018 - Parecer da Auditoria Interna sobre Remuneração dos Administradores, em atendimento à solicitação da DIREX em conformidade com o parágrafo 1º, item 3 do Ofício Circular nº 61/2017 – MP da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais;
3. Relatório nº 17/2018 - Apuração de Frequência dos empregados conforme item 4, RD/PRESI nº 042/2015, solicitado na Ata da 365ª Reunião da DIREX, “auditoria da folha de ponto e solicitação de abonos de todos os funcionários da CeasaMinas no período de 15 de abril a 15 de junho de 2017”.

b) Assistência aos Auditores da CGU:

4. Em 2018 a AUDIN recebeu os auditores da CGU e prestou atendimento de várias Solicitações de Auditorias, com pedidos de informações que demandaram boa parte do trabalho da Auditoria Interna.

c) Elaboração do Raint/2017

Inicialmente estava previsto para ser executado no final do exercício de 2017.

AUDITORIAS PROGRAMADAS X REALIZADAS - 2018

Tipo de Auditoria	Programado	Realizado	Percentual Realizado em Relação ao Programado
Acompanhamento de Gestão	25	25	100%
Contábil-Financeira	09	09	100%
Notas Técnicas	03	03	100%
Assistência aos Auditores da CGU	01	01	100%
Raint/2017	01	01	100%
Auditoria Não Realizadas	15	00	27,78%
TOTAL	54	39	72,22%



Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
RELATÓRIO DE AUDITORIA

De: AUDIN

Para: PRESI

Relatório de Auditoria Nº 35/2018

Data: 14/11/2018

ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Encaminhamos em anexo, o Sumário relativo ao Registro e Recomendações da Auditoria Interna dos relatórios de janeiro a outubro/2018.

Relatório 01 - Saldo Médio de Bancos Dezembro 2017
Relatório 02 - CPL Processos Licitatórios
Relatório 03 - Auditoria Inventário de Caixa 2017
Relatório 04 - Relatório Extraordinário Esclarecimentos Sistema Monitor
Relatório 05 - Sumário 1º, 2º, 3º e 4º trimestres 2017
Relatório 06 - Saldo Médio Bancos Fevereiro 2018
Relatório 07 - Parecer Remuneração de Diretores
Relatório 08 - Execução orçamentária 4º Trimestre 2017
Relatório 09 - Auditoria Inventário Ativo Imobilizado 2017
Relatório 10 - Inventário Almoxarifado 2017
Relatório 11 - Processos Licitatórios Fevereiro
Relatório 12 - Saldo Médio Bancos Abril 2018
Relatório 13 - Relatório Extraordinário - Questionário Barbacena
Relatório 14 - Relatório Extraordinário - Questionário Juiz de Fora
Relatório 15 - Departamento de Tecnologia da Informação
Relatório 16 - SVS Serviço de Vigilância Juiz de Fora
Relatório 17 - Auditoria DEREH RD/PRESI/ 42/2015
Relatório 18 - Departamento de Engenharia e Seção de Manutenção
Relatório 19 - Processos Licitatórios Março
Relatório 20 - Relatório Extraordinário - Questionário Uberlândia
Relatório 21 - Relatório Extraordinário - Questionário Governador Valadares
Relatório 22 - Relatório Extraordinário - Questionário Caratinga
Relatório 23 - Saldo Médio Bancos Maio 2018
Relatório 24 - Saldo Médio Bancos Junho 2018
Relatório 25 - Execução Orçamentária 2º Trimestre 2018
Relatório 26 - Auditoria Unidade Barbacena
Relatório 27 - Plano Anual de Auditoria 2019
Relatório 28 - Processos Licitatórios Abril
Relatório 29 - Comitê de Aquisições
Relatório 30 - Saldo Médio Bancos Agosto 2018
Relatório 31 - Saldo Médio Bancos Setembro 2018
Relatório 32 - Comissão de Preço Mínimo
Relatório 33 - Processos Licitatórios Julho
Relatório 34 - Processos Licitatórios Outubro

O Sumário contém as respostas apresentadas pelas áreas auditadas até o Relatório 22/2018, ficando os espaços em branco das recomendações não respondidas. Os relatórios informativos não têm recomendações da AUDIN.

Conforme deliberado pelo CONSAD, na reunião do dia 30/10/2018, estabeleceu que deveria ser encaminhado os relatórios previamente a PRESI para manifestação das recomendações da AUDIN.

Deverá ser encaminhado no mês posterior a cada trimestre ao CONSAD, um extrato/resumo dos itens relevantes com as respostas apresentadas pela presidência da CeasaMinas. (Exemplo: os relatórios de jan/fev/mar/2019 deverão ir ao CONSAD em abril/2019)

Para regularização do exercício de 2018, estamos encaminhando o Sumário das recomendações dos relatórios para manifestação da Presidência. Em 2019 estaremos encaminhando os relatórios conforme cronograma do PAINT/2019, para manifestação da Presidência e posterior encaminhamento ao CONSAD.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius D G Carneiro
Gestor da Auditoria Interna

Jeane Lau Assis da Matta Machado
Auditora Interna

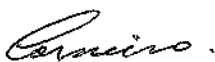
Nota:

Em complemento a este relatório, foi inserido o Resumo Anexo I, contendo de forma detalhada, os fatos ocorridos e as soluções apresentadas e, informações sobre os casos não solucionados.

Anexo I (Sumário) - Acompanhamento e Registro das Recomendações da Auditoria

Este sumário tem a finalidade de apresentar a ocorrência dos fatos relativos ao trabalho da auditoria no Exercício de 2018. Vale ressaltar que durante o ano foram apontadas, através dos relatórios, detecção de falhas, correção e prevenção de possíveis falhas nos controles internos e nos procedimentos da empresa.

O Sumário contém as respostas apresentadas pelas áreas auditadas até o Relatório nº 22/2018, porém , após este relatório (nº22/2018,) foram inseridas novas informações até o relatório nº 39/2018, entretanto, não recebemos respostas para todos os questionamentos, os espaços em branco das recomendações não foram respondidos pela área auditada. Os relatórios informativos não contém recomendações da AUDIN.


Marcus Vinicius Diniz Gomes Carneiro
Gestor da Auditoria Interna

ANEXO I (SUMÁRIO)

ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

Exercício 2018

Relatório nº	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
1	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Dezembro/2017	Posição do Saldo de Bancos em Dezembro/2017	XXXX	Relatório informativo
2	CPL	Processos Licitatórios	a) Iniciar a Solicitação de Compras com o valor da compra ou serviço, preestabelecido compatíveis com o orçamento; b) Verificar o histórico das despesas anteriores, fazer a cotação de preços compatíveis com a quantidade necessária para o período; c) Para agilizar o processo licitatório, elaborar o edital sem atraso na publicação, com propósito de não causar morosidade no processo.	a) tudo que se prende a preços é de responsabilidade do fiscal de contrato. Conform consultoria realizada junto a NDJ, temos que questões orbitam sobre preços estimados não fazem parte do rol de competências de uma comissão de licitações. b) Entendemos, s.m.j., que quem possui tal obrigatoriedade seria o Fiscal do Contrato. c) A CPL dispensa de praxe urgência máxima na elaboração de seus editais, inclusive, há margens até para se afirmar que de todo o processo licitatório, onde a pasta circula por vários setores, o setor onde o processo fica por menos tempo é exatamente na CPL. Havendo morosidade no processo, com certeza não advém da CPL.	Aguardando resposta da Presidência
3	DEFIN / SEUNI	Inventário de Caixa	Recomendamos para dar transparência ao Termo de Verificação de Caixa da Tesouraria de Contagem, que o mesmo seja refeito devido a divergência de valores apresentadas.		Aguardando resposta da Presidência
4	PRESI	Recomendações Sistema Monitor	Conforme solicitação Conselho de Administração na reunião realizada no dia 23/02/2018, foi encaminhado o Relatório do Sistema Monitor com as recomendações da CGU que estavam com prazo expirado e que foram encaminhadas as respostas solicitadas.	XXXX	Relatório informativo
5	PRESI	Sumário Trimestral das Auditorias Realizadas	Em atenção à Instrução Normativa Nº 02, de 24/12/2002, da Corregedoria Geral da União, apresentamos em anexo o Sumário Trimestral das Auditorias Realizadas, referente as Auditorias realizadas no 4º trimestre de 2017	XXXX	Relatório informativo
6	DEFIN	Saldo Médio Fevereiro/18	Saldo Médio Fevereiro/18	XXXX	Relatório informativo
7	PRESI	Parecer Remuneração dos Diretores	De acordo com as informações do Departamento de Gestão de Pessoas - DEREH, e os órgãos mencionados, a Auditoria Interna considera que as informações estão coerentes com as orientações. A consideração do SEST para análise, em face dos esclarecimentos fundamentados no acórdão TCU nº 2600/2016 e nas determinações do Decreto nº 8.818/2016 e demais legislações vigentes	XXXX	Relatório informativo

Relatório nº	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
8	DEPLA	Execução orçamentária 4º Trimestre 2017	1) Recomendamos ao DEPLA o monitoramento constante das metas estabelecidas para conciliar as despesas com as receitas no exercício. Devendo ser feita uma nova reprogramação orçamentária a fim de adequar a realidade. 2) Recomendamos a elaboração do Planejamento Estratégico da empresa. 3) Recomendamos a busca de solução informatizada através da "TOTVS", para agilizar a adequação e o acompanhamento do orçamento.		Aguardando resposta da Presidência
9	DEPAD / SEMPT	Auditoria Inventário Ativo Imobilizado 2017	1. Instituir um sistema de controle de entrada e saída de bens do local onde esteja vinculado, incluindo a emissão do Termo de Responsabilidade de cada Seção; 2. Rever o sistema de cadastramento de bens e atualizar o cadastro existente; 3. Avaliar os bens inservíveis em todas as unidades; 4. Providenciar o desfazimento de bens inservíveis na forma da lei; 5. Avaliar as sugestões do item 5.3.1; 6. Avaliar os compactadores de lixo, quanto ao seu aproveitamento	Item 2 : Concordamos com a comissão; os bens são retirados dos locais de origem e não devolvidos e a seção de patrimônio nunca é comunicada. Sempre que vamos fazer o levantamento dos bens patrimoniais encontramos dificuldades em encontrá-lo em seus lugares de origem. Item 3 : Todos os bens são recolhidos pelo SEMPT sempre que solicitado ou que vemos necessidade de se recolher o móvel. Quanto aos compactadores que não estão sendo usados por falta de manutenção, já foram solicitadas as manutenções pelos setor que os utiliza mas ainda não foram aprovadas. Item 5.1 Concordamos sim com a exclusão do vínculo do patrimônio com o almoxarifado. Atualmente não temos quantidade suficiente de funcionários para ter um exclusivo para fazer somente o controle do patrimônio. Mesmo com os constantes trabalhos de conscientização, ainda não sentimos os resultados esperados. Item 5.2 : um pedido de leilão já foi feito. Estamos aguardando a autorização da Diretoria.	Aguardando resposta da Presidência
10	DEPAD / SEMPT	Inventário Almoxarifado 2017	Devemos observar o Decreto nº99658/90, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Desta forma, deverá ser observado se a entidade que for receber a doação se encaixa em uma destas condições expostas pelo decreto acima antes de realizar as doações, conforme a sugestão da Comissão de Inventário do Almoxarifado. No caso dos formulários contínuos e todo material timbrado que eram utilizados na empresa, e atualmente estão ociosos, devem ser passar por incineração/picotagem e posterior descarte, evitando assim seu uso de forma indevida.		Aguardando resposta da Presidência

Relatório nº	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
11	CPL	Processos Licitatórios Fevereiro/18	a) Autuar os processos de acordo com as instruções do item 5 da Portaria Normativa nº 5/2002; b) Procedimentos na tramitação do processo que reflita no bom andamento; c) Iniciar os processos com documentação completa para evitar seu retorno a pontos sem definição; d) Verificar a aplicação da RD citada em face das recomendações da CGU.	a) No que se prende ao item supra, precisamente na questão do descarte de envelopes encaminhados contendo documentações, entendemos, s.m.j., que não seria prudente, nem conveniente esse descarte, tendo em vista, que o protocolo é autenticado mecanicamente nos próprios envelopes, e, em assim sendo, frente a um eventual descarte desses envelopes, temos que a comissão de Licitações não teria meios eficazes para verificar o momento em que os envelopes foram protocolizados, ou até mesmo que um serviço de auditoria tenha condições de atuar. b) Entendemos que, s.m.j., os procedimentos na tramitação de processos se mostra eficaz e eficiente, proporcionando o máximo de aproveitamento e agilidade que se possa pretender alcançar. No entanto, a CPL está sempre receptiva à sugestões que possam otimizar mais ainda o processo. c) A CPL possui como diretriz esse entendimento, inclusive, toda documentação recebida para início de processos licitatórios são sumariamente devolvidas para os fiscais do contrato quando se afere qualquer inautenticidade documental. d) solicitamos maiores esclarecimentos a esse respeito, dado que seria necessário que nos seja informado quais seriam essas recomendações da CGU para exercutarmos um raciocínio de cotejo.	Aguardando resposta da Presidência
12	PRESI	Saldo Médio Bancos Abril 2018	Saldo Médio Abril/18	XXXX	Relatório informativo
13	SEUNI	Relatório Extraordinário – Questionário Barbacena	• Recomendamos a Unidade maior celeridade quanto ao cumprimento do TAC dos carregadores. • Providenciar manutenção na rede elétrica da Unidade, e execução do projeto de prevenção contra incêndio. • Recomendamos que seja dada uma atenção especial com relação aos concessionários inadimplentes. • Recomendamos ao SEUNI verificar o que pode ser atendido quanto a necessidade de segurança, investimentos e treinamentos dos funcionários da Unidade.		Aguardando resposta da Presidência
14	SEUNI	Relatório Extraordinário – Questionário Juiz de Fora	• Recomendamos a Unidade maior celeridade quanto ao cumprimento do TAC dos carregadores. • Recomendamos reiterar o ofício A Elo Higieniza Ltda., e caso não tenha sucesso comunicar a fiscalização do MAPA para tomar as providências cabíveis. • Recomendamos ao SEUNI verificar o que pode ser atendido quanto a necessidade de segurança da Unidade.		Aguardando resposta da Presidência

Relatório nº	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
15	DETIN	Departamento de Tecnologia da Informação (continuação)		Item 2 : Necessitamos atualizar os sistemas do interior e para isto precisamos adquirir novos equipamentos para dar conformidade com os processos que temos aqui na unidade de Contagem: itens básicos que precisamos comprar (kit) e rotinas que precisam ser padronizadas: a) impressor térmica não fiscal com guilhotina; b) scanners a laser; c) nobreak; d) padronização dos insumos de caixa das unidades Obs.: para cada unidade deverá ser adquirido um kit de equipamento e para que seja possível a substituição imediata em caso de defeito, deve-se manter em cada unidade um backup dos itens a e b (o c não é possível estoque, pois a bateria tem vida útil limitada). Item 3 - mesmo com a economia inicial de R\$200.000,00, com o desenvolvimento interno da ferramenta de lançamento de informações de mercado, a diretoria entendeu que não era para continuarmos com o processo de desenvolvimento e com isto, deixamos de evoluir a ferramenta que muito se mostra importante para o mercado e para a população no geral, sendo este um dos papéis principais da Ceasaminas, a informação de mercado. solicitamos a compra das licenças de SQL 2017 e que estavam previstas, porém para contemplar outro software (GED), e mesmo informando que tínhamos planejado o remanejamento da licença atual do SQL 2008 para o software de GED (ainda não adquirido) e que atenderia da mesma forma e com isto priorizariamos a melhoria do armazenamento do nosso ERP por ser uma ferramenta mais importante e que neste ano apresenta informação que o SQL 2008 não está mais na lista de recomendações do fabricante, e apesar de todas estas informações terem sido repassadas a diretoria, mesmo assim o pedido de compra do Banco de Dados foi negado e preferiu-se assim assumir os riscos de problema futuro.	Aguardando resposta da Presidência
16	SEUNI	SVS Serviço de Vigilância Juiz de Fora	1) Observar as cláusulas contratuais em todos os seus aspectos, principalmente sobre o quantitativo de mão de obra; 2) Realizar, quando necessário, o registro das ocorrências e adoção dos procedimentos cabíveis; 3) Observar a legislação pertinente e a execução da obra ou serviço se estão de acordo com as cláusulas contratuais. Repassamos que o Departamento de Recursos Humanos deverá exigir dos funcionários que todos os espelhos de ponto sejam assinados pelos funcionários e pela chefia imediata.		Aguardando resposta da Presidência
17	Extraord/ PRESI	Auditoria DEREH RD/ PRES 1/42/2015	Consideramos aceitáveis as justificativas abonadas pela chefia em casos de funcionários em horário flexível, contudo deve se observar o entendimento dos Gestores pois se trata de ato de Gestão Recomendamos que as viagens a serviço sejam sempre anexadas os comprovantes de prestação de contas da viagem como documento para justificativa de abono do ponto.	Relatório Extraordinário solicitado pela Diretoria	Aguardando resposta da Presidência

Relatório nº	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
18	DEMFA	Departamento de Engenharia e Seção de Manutenção	1) Recomendamos concluir o trabalho de instalação de "Linhas de Vida" nos pavilhões da CeasaMinas, conforme determina a Instrução Normativa nº NR35 do Ministério do Trabalho e atender o Ministério Público do Trabalho. Inquérito Civil Nº003636. 2014.03.00017 2) Recomendamos concluir o trabalho de troca das 4.800 "platinhas", nos pavilhões da CeasaMinas. 3) Recomendamos concluir o projeto e realizar a execução de obras para a implantação de Sistema de Prevenção de Combate a Incêndio na Unid. Contagem. 4) Recomendamos manter em dia o seguro contra incêndio de todas as Unidades da CeasaMinas, a fim de resguardar a empresa de qualquer evento futuro. 5) Recomendamos que seja solucionada a questão de contratação de empresa, para realização das de acessibilidade e prevenção e combate de incêndio, de acordo com os parâmetros já existentes estabelecidos no PI 45/2017, para atender o Ministério Público de Minas Gerais, 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia, referente ao Inquérito Civil nº MPMG-0702.15.002286-2 6) Recomendamos que sejam tomadas providências com relação a empresa Agregar Capital Comércio e Serviços Eireli -ME, por abandono da obra na Unid. Uberlândia e pelos prejuízos causados. 7) Recomendamos fazer de imediato o consento das fibras óticas para que as câmeras de vigilância voltem a funcionar. 8) Recomendamos fazer de imediato o consento da tubulação de água para que em caso de incêndio os hidrantes possam funcionar.	1) Linhas de vida: Está publicado no site da Ceasaminas, link http://minas1.ceasa.mg.gov.br/licitacao/lib/licitacao/2047/EditalTP0318.pdf, edital de manutenção dos telhados onde são previstas as instalações das linhas de vida como equipamento de proteção coletiva. 2) Platinhas: As platinhas continuam como sendo prioridade, do ponto de vista nosso, de engenharia. Externamos à diretoria que, não só as platinhas, mas todas as estruturas da Ceasaminas precisam ser vistoriadas por empresa especializada, visto risco de quedas. Tecnicamente estamos prontos para realizar a licitação, enquanto está havendo indefinição para liberação de recursos; de um lado o entendemos que é obrigação dos concessionários através do Rateio das Despesas Comuns (RDC) e do outro os representantes dos lojistas não concordam e entendem que é obrigação da Ceasaminas através da Tarifa de Uso (TU), ainda que a disponibilização de recursos não seja a obrigação do departamento de engenharia e no sentido de tentar agilizar, solicitamos uma consulta no Departamento Jurídico a fim de se resolver esta pendência, conforme CI 155/18 anexa. 3) o projeto do Sistema de Combate a Incêndio de Contagem está contratado. Preocupa-nos as unidades do interior, que não possuem projeto atualizado contrato. 4) Agregar Capital: O contrato venceu sem que nenhuma penalidade solicitada pelos fiscais de contrato, além de advertência, fosse aplicada à contratada. Na página 10 do referido relatório há citação de que o valor de R\$1.050.000,00 para as obras de incêndio e acessibilidade de Uberlândia foi "elaborado" pelo DEPLA com subsídios do próprio DEMFA", o que desconhecemos.	Aguardando resposta da Presidência
19	CPL	Processos Licitatórios Março	a) Aultuar os processos de acordo com as instruções dos pareceres jurídicos de conformidade com os atos normativos; b) Analisar os procedimentos na tramitação do processo que reflita em atraso na assinatura dos contratos, de acordo com as determinações do artigo 64 da lei 8.666/93; c) Iniciar os processos com documentação completa para evitar seu retorno a pontos de origem; d) Verificar a aplicação da RD/PRESI nº 44/2012 citada em face das recomendações da CGU.	a) Atualmente essa conduta já é adotada na CPL, inclusive, no caso de residir alguma recomendação de lavra do Departamento Jurídico, enquanto essa recomendação não é atendida o processo não tem seguimento. Da mesma forma os atos normativos são aquiescidos normalmente como praxe. b) O processo licitatório possui via cruzis, um iter procedimental até chegar ao ponto de assinatura do contrato, vindo a visitar inúmeros setores da Ceasaminas, decerto à toda vista, que exatamente na CPL possui menor prazo de estacionamento, dado a agilidade que sempre norteia o prazo em âmbito de CPL. Escapando dos limites da CPL, temos que não possuímos mecanismos que possam se mostrar razoáveis para encurtar os prazos demandados nos outros setores, tarefa, que entendemos, s.m.j, teria mais eficiência quando cabrados pelos fiscais de contrato. c) esse questionamento já foi respondido alhures, mas, repassando, a CPL só empreende esforços no sentido de concabar processos licitatórios quando encontra-se de posse de todos os insumos necessários para deflagração do processo, sendo que, perceptível, qualquer ausência documental, todo o processo é devolvido ao fiscal do contrato para saneamento dos vícios apresentados. d) solicitamos maiores esclarecimentos a esse respeito, dado que seria necessário que nos seja informado quais seriam essas recomendações da CGU para exercutarmos um raciocínio de cotejo.	Aguardando resposta da Presidência

Relatório n°	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
20	SEUNI	Relatório Extraordinário – Questionário Uberlândia	• Recomendamos a Unidade maior celeridade quanto ao cumprimento do TAC dos carregadores.. • Recomendamos ao SEUNI verificar o que pode ser atendido quanto a necessidade de segurança, investimentos e treinamentos dos funcionários da Unidade.	Impacto na segurança: Andamento do processo de contratação de empresa especializada para recuperação e manutenção do sistema de monitoramento do entreposto; Contratação de empresa especializada para recuperação do sistema de iluminação de uma área de estacionamento nos fundos da unidade; Contratação de empresa especializada para elaboração de laudo de SPDA, visando a recuperação do sistema de aterramento e para raios da unidade (fase de conclusão); Renovação do convênio com a PM/MG em parceria com as associações de comerciantes, produtores e Cooperaf. Investimentos: Acessibilidade e Inc-endo (aguardando contratação de empresa para a execução); TAC dos Carregadores; Não houve avanço. Treinamento e capacitação de funcionários: Será solicitado ao DEREH.	Aguardando resposta da Presidência
21	SEUNI	Relatório Extraordinário – Questionário Governador Valadares	• Recomendamos a Unidade maior celeridade quanto ao cumprimento do TAC dos carregadores. • Recomendamos ao DEFIN verificar e regularizar a inadimplência da Unidade. • Recomendamos ao DEFIN verificar os boletos não pagos referente a energia elétrica, IPTU e seguro. • Recomendamos ao SEUNI verificar o que pode ser atendido quanto a necessidade de segurança, investimentos e treinamentos dos funcionários da Unidade.	TAC dos Carregadores : Infelizmente não está sendo cumprido, uma vez que não existe interesse por parte dos carregadores da unidade, e nem mesmo do sindicato por conta do baixo volume de carga e descargas, esse tipo de serviço é realizado e realizado em sua maior parte, por funcionários das lojas contratados de carteira assinada, não havendo utilização de mão-de-obra autônomo como ocorre nos grandes mercados. No MLP a demanda de serviços por parte dos carregadores autônomos, também é considerado baixo para viabilizar o cumprimento do TAC, o único sindicato que manifestou interesse desistiu porque teria que elevar muito os custos para justificar a sua vinda e por isso não teve adesão, precisamos encontrar uma forma de viabilizar essa TAC de forma fique boa e viável a todos. Inadimplência da unidade: Já está sendo regularizada junto aos setores. O cadastro já está tomando as providências, retirando as cobranças indevidas e o Financeiro juntamente com o Jurídico deve tomar demais providências no que se refere às cobranças judiciais de empresa que não se encontram mais na Unidade. Verificar boletos não pagos referente a energia elétrica, IPTU e Seguro; Da mesma forma, já encaminhamos aos setores competentes cobrando providências necessárias, que entendemos ser a tentativa de acordo com os devedores e caso não se resolvam, suspensão de energia, e a cobrança judicial. Necessidade de segurança, investimentos e treinamentos dos funcionários: Atuais demandas de investimento: Construção de muro de alvenaria, onde hoje se encontra a cerca viva; Controle de pombo, através de instalação de folhas de zinco nas testeiças do MLP e GP. Admissão de vigilantes noturnos; Revisão de todo o sistema elétrico da unidade; Reforma de banheiros; Revitalização do MLP; Melhorar no sistema de iluminação e som; Redução de tarifas TU e RDC, como incentivo para atrair novos concessionários, principalmente lojas âncoras.	Aguardando resposta da Presidência

Relatório n°	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
22	SEUNI	Relatório Extraordinário – Questionário Caratinga	• Recomendamos providenciar a elaboração e execução do projeto de prevenção contra incêndio da Unidade. • Recomendamos a Unidade o empenho no acompanhamento junto à Prefeitura para dar maior celeridade na conclusão do Banco de Alimentos. • Recomendamos a Unidade juntamente com SEUNI e DETEC entrar em contato com os Sindicatos que assinaram o TAC para regularizar a situação da unidade. • Recomendamos ao SEUNI verificar o que pode ser atendido quanto às vulnerabilidades apontadas, necessidade de segurança, investimentos e treinamentos dos funcionários da Unidade.	Com relação a construção do Banco de Alimentos, informo que a Prefeitura Municipal já retomou as obras de conclusão do Banco. Com relação ao projeto de prevenção e combate a incêndio viabilizaremos junto a diretoria da Ceasaminas autorização para contratação de empresa especializada para elaboração e execução do projeto. Com relação ao TAC dos carregadores, seguiremos a recomendação apontada no relatório, articulando aos setores competentes a fim de encontrarmos sindicatos para atuar na unidade de Caratinga.	
23	DEFIN	Saldo Médio Bancos Maio 2018	Saldo Médio Bancos Maio 2018	xxx	Relatório informativo
24	DEFIN	Saldo Médio Bancos Junho 2018	Saldo Médio Bancos Junho 2018	xxx	Relatório informativo
25	DEPLA	Execução orçamentária 2º Trimestre 2018	1) Recomendamos ao DEPLA o monitoramento constante das metas estabelecidas para conciliar as despesas com as receitas no exercício. Devido ser feita uma nova reprogramação orçamentária a fim de adequar a realidade, principalmente no que tange as rubricas de investimentos, licitações, transferências, despesas e tributos para fiscais que estão com grande variação entre orçado e realizado; 2) Recomendamos a elaboração do Planejamento Estratégico alinhado ao Plano Orçamentário da empresa, observando as Políticas de Integridade, Gestão de Riscos e Controle Interno, conforme dispõe a Lei 13.303/2016; 3) Recomendamos a busca de solução informatizada através da "TOTVS", para agilizar a adequação e o acompanhamento do orçamento.		

11

Relatório n°	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
26	SEUNI	Auditoria Unidade Barbacena	a) Recomendamos que seja observado a determinação do Supremo Tribunal Federal, que negou seguimento ao Recurso Extraordinário nº 4440563 (relator Min. Carlos Velloso), corroborando as argumentações do Ministério Público Federal. Ou Solicite ao Departamento Jurídico da CeasaMinas um parecer que possa blindar os Gestores sobre a matéria em tela. b) Recomendamos que a ARBECE e o DEREH façam um a análise do fluxo de informações entre eles, objetivando evitar descontar valores indevidos dos funcionários, gerando prejuízos aos funcionários. c) Recomendamos que o SEUNI acompanhe também os valores cobrados a maior pela CONSERVO, através do Mapa de Apropriação de Salários. d) Recomendamos que o SEUNI acompanhe também os valores cobrados a maior pela CONSERVO, através do Mapa de Apropriação de Salários. e) Recomendamos que o Gestor Departamento Jurídico, atribua a um de seus advogados a tarefa de acompanhar e realizar todas as ações suficientes e necessárias para dar celeridade ao processo. Elaborando no final de cada mês um relatório sobre as suas ações e movimentações do processo. f) Recomendamos que o SEUNI acompanhe também os valores cobrados a maior pela CONSERVO, através do Mapa de Apropriação de Salários e que as diferenças apuradas no Mapa de Apropriação de Salários, que será regularizado. g) Recomendamos que no final dos dias de comercialização seja realizada uma conciliação entre os tickets. h) Recomendamos que o Gerente da Unidade elabore um estudo para que o fato demonstrado acima não ocorra, dando celeridade nas cobranças em aberto.		Aguardando resposta da Presidência
27	PRESI	Plano Anual de Auditoria 2019	o PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2019 da Auditoria Interna das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais conforme determina a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015, do MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO -Secretaria Federal de Controle Interno	xxx	Relatório informativo
28	CPL	Processos Licitatórios Abril	a) Analisar os procedimentos na tramitação do processo que reflita em atraso nas compras para atender as necessidades da Ceasaminas; b) Iniciar os processos com documentação completa para evitar seu retorno a pontos de origem;		Aguardando resposta da Presidência
29	PRESI	Comitê de aquisições	1- Recomendamos a criação de um Comitê de Compras e Aquisições para atender as determinações do TCU.		Aguardando resposta da Presidência

Relatório n°	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
30	DEFIN	Saldo Médio Bancos Agosto 2018	Saldo Médio Bancos Agosto 2018	xxx	Relatório Informativo
31	DEFIN	Saldo Médio Bancos Setembro 2018	Saldo Médio Bancos Agosto 2018	xxx	Relatório Informativo
32	PRESI	Comissão de Preço Mínimo	1- Recomendamos que os funcionários capacitados pela empresa façam o seu registro no CRECI para que também possam fazer o trabalho de avaliação. 2- Recomendamos que o Presidente da Comissão de Preço Mínimo e o Departamento Jurídico avaliem a Minuta de Resolução de Diretoria sugerida. 3- Recomendamos que as atas das reuniões da Comissão de Preço Mínimo sejam numeradas sequencialmente.		Aguardando resposta da Presidência
33	CPL	Processos Licitatórios Julho/18	a) Analisar os procedimentos na tramitação do processo que reflita em atraso em todas as fases; b) Evitar o acúmulo de papéis desnecessários em duplicidade; c) Iniciar os processos com documentação completa para evitar seu retorno a pontos de origem;		Aguardando resposta da Presidência
34	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Outubro/2018	Posição do Saldo de Bancos Outubro/2018	xxx	Relatório Informativo
35	PRESI	Sumário Trimestral das Auditorias Realizadas	O Sumário tem as repostas apresentadas pelas áreas até o Relatório nº 22/2018, ficando o espaço em branco das recomendações não respondidas. Os relatórios informativos não contêm informações da AUDIN. Para regularização do exercício de 2018, estamos encaminhando o Sumário das recomendações dos relatórios para manifestação da Presidência da CeasaMinas.		Aguardando resposta da Presidência
36	CPL	Processos Licitatórios Outubro/18	a) Reformular procedimentos que reflitam em atraso na tramitação do processo em todas as fases; b) Evitar o acúmulo de papéis desnecessários em duplicidade, excluir folhas que foram reformuladas no processo; c) Iniciar os processos com documentação completa para evitar seu retorno a pontos de origem.		Aguardando resposta da Presidência
37	DEFIN	Auditoria da SETES	Guarda da Apólice de Seguro deve ser efetuada pelo departamento a que estiver vinculada; Notificar os funcionários que se encontrarem em atraso com as prestações de contas; Solicitar os Termos de Responsabilidade de Caixa ainda não atualizados. Providenciar o seguro patrimonial da empresa.		Aguardando resposta da Presidência

Relatório n°	Área	Documento / Finalidade	Constatação	Resposta da área	Aguardando resposta da Presidência
38	DIRFIN	Auditoria sobre Horas Extras DEREH	Recomendações: sobre a possibilidade dos Gerentes utilizarem a Jornada Flexível, como medida de redução de horas extras; estudar a possibilidade dos motoristas trabalharem em escala, para reduzir as horas extras.		Aguardando resposta da Presidência
39	DIRFIN	Auditoria da Unidade de UBERLÂNDIA	Recomendações: a) sobre denúncias relativas à atividades impedidas de serem exercidas no Entrepósito; b) regularização de módulos sem cobrança, caracteriza renúncia de receita; c) regularização do CCU das áreas cedidas gratuitamente, pelos órgãos competentes; d) manipulação de alimentos do PRODAL de acordo com a Lei; e) fornecer os equipamentos de EPI em função do Acordo Coletivo; f) jornada flexível para gerentes da Unidade com prerrogativa de horário; g) celeridade nos processo de combate a incêndio e monitoramento de câmeras e cobrança de prejuízos causados por empresa; h) reformular o procedimento de utilização de romaneio; i) localização das caixas plásticas juntamente com o SEMPT; j) cuidados especiais com banheiros, plantas e jardins; k) processo de desinfecção e higienização de caixa d'água vencido; l) fixação de extintores de incêndio nos locais apropriados; m) adesivação do veículo de propriedade da Ceasaminas.		Aguardando resposta da Presidência

Handwritten signature